1

Álcool, outras Drogas e a Politicidade: panorama de uma realidade social

1.1

Álcool, outras Drogas e a Politicidade

Era início da madrugada quando Marina chegava à rua de sua casa. O portão era manual, o que exigia dela sair do carro para abri-lo e assim guardar seu veículo na garagem. Antes disso, já havia avistado seu vizinho com um grupo de amigos consumindo cocaína, uma cena que lhe era bem familiar, pois as noites nos fins de semana, e nos últimos meses, passaram a assumir esse cenário. Marina já compreendia a cena como rotineira, cotidiana e naturalizada nestes tempos de hoje, assim, saiu do carro, cumprimentou-os e foi-se recolher ao seu universo ora próximo, ora distante, daquele outro, logo ali, na esquina.

Marina é um personagem, nesta dissertação, fictício, contudo, real na sociedade brasileira que hoje se configura altamente consumidora de álcool e/ou outras drogas, tema este que preocupa pais, seduz jovens e torna-se um difícil quebra cabeça para os educadores.

Comumente, a experimentação do álcool e/ou outras drogas parecem estar diretamente associadas a dois motivos reais encontrados no pano de fundo de um panorama social, são eles: em primeiro, o imperativo da inserção social em grupos específicos, o sentimento de aceitação, de pertencimento e, em segundo, por muitas vezes, a motivação da curiosidade. Assim, a falsa idéia de socialização que acompanha o uso abusivo, decorrente do desejo de aceitação social, na verdade, representa um contínuo afastamento de si mesmo e dos outros, uma dialética, que em suma, se concretiza dolorida e solitária.

Médicos, educadores, assistentes sociais, psicólogos, dentre outros representantes das diversas áreas do conhecimento, são quase que diariamente convocados pela academia, fóruns e a mídia para tratar desta temática, de forma que, o consumo de tais substâncias, chamadas psicoativas, é hoje considerado ao mesmo tempo, um problema de saúde mental e de segurança pública, entretanto,

não sendo nova, pois se encontra presente na construção da história do homem, assim apontada:

[...] a relação do homem com as substâncias psicoativas é bastante antiga ou, melhor dizendo, ancestral. Assim, mostra-se equivocada a idéia de que a presença das drogas é um evento novo do repertório humano. Na verdade, trata-se de uma presença contínua no tempo e que não envolve somente medicina e ciência, mas também magia, religião, cultura, festa e deleite. (Seibel e Toscano Jr., 2001, p. 7)

Dessa forma, é bem verdade que a utilização de substâncias consideradas tóxicas consiste em uma prática milenar, realizada por diferentes povos e culturas, além dos contextos históricos muito diversos. Desde 1903, quando da sintetização dos barbitúricos, que tais medicamentos ganham o uso desenfreado como indutores de sono, auto extermínio e suicídio; estando as anfetaminas atuando muitas vezes, nesse percurso histórico, como substitutivo à cocaína, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial. As demais marcas da história estão assim melhor indicadas quando Seibel et al, (2001), escrevem:

A importância das drogas alucinógenas no mundo ocidental voltou a crescer consideravelmente na época do movimento psicodélico. Naquele período, o desencanto dos jovens em face dos ideais políticos era associado à exaltação de um modo de vida marginal, representado pelo movimento *hippie*, pelo lema da *paz e amor* e por certa música *pop*, compondo a *beat-generation*. Os *Beatles*, na mesma época, cantavam *Lucy in the Sky with Diamonds*, numa provável exaltação ao *ácido lisérgico* (LSD), droga sintetizada por Hoffman a partir do esporão de centeio, ao mesmo tempo em que se observava uma busca de modos de vida e religiões do Oriente. O ressurgimento da cocaína como uma droga de uso epidêmico só vai se dar nas últimas décadas do século XX em países como o Brasil, através da utilização das vias de administração intranasal e endovenosa, esta principalmente no final dos anos 1980, estando inclusive relacionada com a infecção pelo HIV, e também do *crack*, no decorrer dos anos 1990. (Seibel et al, 2001, p. 17)

Mas também é igualmente verdadeiro que nos dias atuais, este fenômeno é parte integrante da lógica de mercado que, utilizando-se de avanços científicos e tecnológicos, promove a industrialização, bem como a distribuição e venda de tais substâncias, de maneira a gerar lucro aos grupos que se encarregam deste comércio, que, apesar de ilegal, está inteiramente inserido na racionalidade do sistema econômico de muitos grupos sociais.

Divulga-se, inclusive, que tais ‘mercadorias’ são vendidas tanto em portas de colégios e de grandes *shoppings centers* como nos morros e favelas — o que autoriza a fala de que se trata de um produto aparentemente ‘democrático’, haja vista que atinge todas as classes sociais e econômicas.

O aumento notório de consumo e venda de substâncias psicoativas no Brasil e no mundo, como veiculado nos meios de comunicação e pauta de discussões políticas e civis, atinge níveis assustadores e torna-se objeto de mobilização mundial em razão de seus efeitos altamente negativos, que afetam diretamente valores familiares, sociais, econômicos, políticos, humanos e culturais da sociedade, atingindo inteiramente a estabilidade estrutural dos grupos sociais. Compreender a estrutura do consumo de álcool e outras drogas implica buscar alcançar toda uma colcha de retalhos na qual se constitui a dinâmica social, como indicado a seguir:

O uso de drogas psicoativas evoca significados mais profundos do que simplesmente um hedonismo químico ou um uso como remédio psicoterapêutico, mas remete a uma crescente plasticidade da subjetividade humana que se espelha em diversos meios técnicos para buscar a alteração de si, dos estados de consciência, cognição, afetividade e humor. (Labate, Goulart, Fiore, MacRae e Carneiro, 2008, p.77)

Representam ainda um déficit considerável no que concerne aos gastos públicos quando dos tratamentos médico-hospitalares, além de prejuízos no trabalho, acidentes de trânsito, morte prematura, violência urbana, desvios comportamentais, bem como desencadeiam fracassos nas estruturas de família. E se a dependência química rouba o sujeito do convívio social, da família, da escola, de si mesmo; sem formação adequada à solicitude do mercado, o alcance de uma colocação profissional se torna difícil e a lógica do tráfico começa a ganhar sentido.

A problemática alcança diversas faixas etárias, homens e mulheres de todos os grupos sociais e étnicos, classes sociais diversas e todos os níveis de escolaridade, além dos relatos entristecidamente reais de recém nascidos que trazem conseqüências da dependência química de suas mães.

Segundo Zaluar (2008) no Brasil, onde a cocaína fez sua entrada na década de 1970, como em diversos outros países ocidentais, a criminalidade moderna e empresarial desde então é organizada segundo os princípios do mercado e da defesa dos interesses econômicos do grupo que controla o empreendimento. É decorrente também de mudanças no estilo de vida e nas concepções de trabalho, de sofrimento e perspectivas de futuro. Ressalta ainda que em meados dessa década, experimenta-se a crise do capital, que tem sua réplica até os dias atuais, inclusive na reestruturação do trabalho e reorganização dos mercados, impactando

todos os níveis da sociedade, onde se inicia ainda a construção do cenário para os movimentos sociais da globalização.

Em conformidade a isso, a década de 1980 surge como marco expressivo no desenvolvimento das conquistas enquanto sociedade civil, pois é nesse período que, em razão da crise social e da luta pela democratização, se abriga um novo significado no cenário político nacional.

É nessa configuração, considerada como do breve século XX que se instala um período histórico de inúmeras transformações, de um lado aquela de desvalorização do sujeito, da sua condição humana, com vistas a uma diversidade de experiências individualistas e antagônicas, conferindo enorme importância a uma diversidade de episódios históricos e transformações da sociedade. De outro, a emergência forte de movimentos socioculturais que desenvolvem uma série de reflexões acerca da condição humana a partir do olhar dos parâmetros da conquista da cidadania e garantia de direitos.

A compreensão se dá em perceber uma infinidade de dificuldades e substanciais mudanças de ordem econômica, social e cultural e em toda essa dinâmica, mas também de reconhecimento de identidades que exigem respeito e novas condições de emancipação.

Ressalva importante se considera à globalização no que tange ao seu verdadeiro desdobramento, que se configura real no século XXI, proporcionando mudanças significativas nas relações sociais.

Ao observar o cenário social que se caracteriza na contemporaneidade e a partir das construções sócio-históricas ao longo de todo seu desenvolvimento, vê-se que o capital assume o cerne do movimento das relações e orienta as condições de empregabilidade, *status* social e maneira de existir nos grupos sociais, porém, na mesma direção, se configura um olhar de relativização, em razão de toda essa construção pontuada, no que se refere ao notório avanço tecnológico presente na sociedade que em muito contribuiu na comunicação e seus impulsos na própria melhoria da engrenagem social; ante aos conflitos e a partir destes, o desenvolvimento de habilidades de posicionamento, os direitos, plantam suas raízes e começam a ser regados, assumindo seu lugar e gerando frutos nos espaços de plantio da cidadania. Essa dinâmica fica marcada pela plasticidade de um tempo em que capitalismo e globalização, ora marcam a condição humana por suas muitas transformações sociais, ora por gerar, exatamente a partir do

conflitante, um terreno fértil às mudanças comportamentais, de sistematização e do exercício dos direitos.

O cenário do tráfico de drogas inicia um exercício de poder exercido de forma substancial de uns sobre os outros, caracterizando-se indiscutivelmente como uma economia que cresce em larga escala; economicamente, representa ainda, diante da inconstância e má distribuição de renda nacional, uma forte e sedutora possibilidade de emprego e inclusão social, ao menos na coerência do tráfico. É nesse panorama que a dinâmica social ganha mais sentido, pois para purificar o espaço que se está organizando, há necessidade de se excluir, dele, os elementos nocivos à saúde dos sãos, fazendo uso dos mecanismos de exclusão.

Os parâmetros de inclusão e exclusão delatam uma realidade que nega a cidadania, a condição humana de inúmeras pessoas e, concomitantemente, proclama a necessidade de reformulações nas relações sócio-econômicas vigentes, mas se mostra excludente quando seus parâmetros são norteados pela inabilidade da mobilidade de lançarem-se como sujeitos, em negar-lhes suas possibilidades de libertação das amarras sociais, como afirma Demo (2002):

Exclusão social mais drástica não é só não dispor de bens essenciais. É, sobretudo, não conseguir alçar-se à condição de sujeito capaz de comandar seu destino. Nega-se não só acesso material, mas principalmente a autonomia emancipatória (Demo, 2002, p.36).

A exclusão se apresenta diversa e complexa em seus motivos e se modela pela invisibilidade dos sujeitos em inúmeras condições do existir humano; seja no exercício da cidadania, nas relações de trabalho ou no reconhecimento de uma identidade social; se relaciona diretamente a toda a discussão referente às drogas e ao álcool, pois é uma costura que constitui uma enorme colcha de retalhos e que em sua observância existe como a forma do próprio sujeito humano.

As discussões da exclusão como estigma ainda se mostram muito presentes quando do papel que as drogas ilícitas desempenham na estruturação social, na ordenação, inclusive, das desigualdades, muitas vezes se apresentando de forma reducionista em sua classificação, observando a temática sob a ótica da estereotipia. Discutem-se rótulos e não contextos, vinculando, quase que em sua totalidade, o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas à população de baixa renda, à pobreza, onde o sujeito, por vezes, passa a ser identificado não como detentor de direitos, mas reduzido ao termo, tornando o discurso acerca da pobreza

naturalizado, suspendendo o que está diretamente ligado a uma contradição eminente do sistema econômico, como esclarece o Conselho Federal de Psicologia (2009):

A identidade inteira e complexa do indivíduo pobre, do destituído, vai escapando de suas mãos e este deixa de ter um rosto, uma singularidade, para adquirir um estereótipo bem definido nos programas assistenciais. Nessa perspectiva, o indivíduo é recortado em toda sua extensão e passa a ser o carente, o infrator, o abandonado ou em situação de risco, o imigrante, o idoso, homem de rua, etc. Essa fragmentação, além de reforçar o não-direito, apresenta um lado tão nocivo quanto o reforço destacado. É o processo ideológico de inculcação das carências fragmentadas que cria uma identidade social nos indivíduos a partir dessas carências. Essa vinculação via de regra se realiza no próprio acesso a determinado serviço, uma vez que esse acesso, em si, exige do usuário, além da situação de estar destituído das condições dignas de existência e sobrevivência, exige que o usuário assuma (em termos comportamentais) a condição (status) de um “carente que necessita de ajuda” (Conselho Federal de Psicologia, 2009, p. 53).

Diante das observações e discussões sobre a temática, percebe-se que o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas pode representar sintomas de crises de ordem familiar, bem como individuais e sociais muitas vezes conseqüentes e associadas ao modo como a sociedade se organiza e se desenvolve quando da industrialização das mesmas, fortalecendo o consumo desenfreado de álcool e/ou outras drogas como fonte de prazer imediato e, muitas vezes, evasão do sofrimento quando das adversidades das questões vigentes na condição humana, além da representatividade de transgressão do conceito de liberdade.

Na atualidade, em razão do desenho que o uso abusivo denuncia, a abordagem acerca do álcool e/ou outras drogas, não pode mais se restringir apenas a uma das áreas do conhecimento, mas a uma série de campos do saber, uma vez que suas implicações admitem efeitos tanto individuais e subjetivos como sociais que, em suma, se caracterizam como biopsicossociais, numa perspectiva que aponta para a aproximação da compreensão da complexidade humana. Dessa maneira, o uso de qualquer substância psicoativa, só passa a marcar-se como abusivo, quando reconhece em seu contexto, sentido e significado, a partir da atribuição de valor a ele atribuída na teia de relações do consumo excessivo.

Diante dessa realidade é relevante acrescentar à discussão até aqui construída, o termo politicidade (Demo, 2002) para inserir à reflexão a possibilidade de ultrapassagem das situações de pobreza, não apenas oriunda das

desigualdades sociais, mas daquela que desconhece os porquês dessa realidade, dessa forma:

Politicidade, acima de tudo, quer dizer esta habilidade de constituir-se sujeito, ou de negar-se a ser objeto de meras pressões externas, ou de conquistar margens cada vez maiores de autonomia. Conhecimento é, por isso, sempre intromissão e nisto fenômeno intrinsecamente político (Demo, 2002, p. 30).

O exercício da cidadania se dá através da capacidade de gerir a própria vida, a própria existência, instituindo-se sujeito pertencente, dotado de liberdade, desenvolvendo a capacidade de assumir uma posição, um papel social dentro do grupo, declarando a autonomia de ser-no-mundo, de exercício e compreensão política de si e da sociedade compartilhada; o exercício de politicidade se concentra na construção de sujeitos capazes de escrever sua própria história, da constante do aprendizado e do conhecimento, no desdobramento de indivíduos mais democráticos e cidadãos.

Por vezes, repetindo, é familiar vincular pobreza à ausência do material, do ter, todavia, a dinâmica desta se amplia, incontestavelmente, na extensão do ser, ecoa na existência do humano junto às peças do quebra cabeça de uma dinâmica política, pois ao que parece, a disputa social não contempla apenas os bens materiais, mas a idéia de poder, ostentação e prestígio. Esta lógica social precisa ser conhecida quando se pensa em politicidade, pois, “[...] conhecer é, antes de tudo, saber não aceitar, saber questionar, não se submeter a limites e a fatos, não reconhecer fronteiras intransponíveis” (Demo, 2002, p.23).

Nesse sentido, o conceito de politicidade assume o terreno das possibilidades em educação, uma vez que demanda o conhecimento de si mesmo nas suas potencialidades e limitações, imerso na realidade objetiva e subjetiva do ser, o que incondicionalmente conduz à melhor compreensão de motivos e causas do vivido, para então, empreender esforços de mudança. Esta dimensão educacional se apresenta estritamente relacionada com o cuidado à saúde, como Pires (2005), descreve:

É precisamente pela politicidade que o cuidado pode se tornar emancipatório ou desconstutor das próprias estruturas que o subjugam. Trata-se de redimensionar o cuidado como possibilidade ética da humanidade, viabilizável por sua ambivalência intrínseca. [...] Seja qual for a tendência pretendida, a capacidade revolucionária do cuidado ocorrerá mais pelo seu modo-de-*vir-a-ser*, que pelo modo-de-*ser*.

O que significa dizer que, politicidade enquanto habilidade humana no terreno do cuidado, pode assumir notável contribuição no processo de libertação do sujeito de suas próprias amarras e de conquista de sua cidadania.

Nesse aspecto, as desigualdades sociais no Brasil, ora banalizadas indicando um acordo social, um pacto de cidadania restrita, se conformam tão naturalizadas que não se aplica o estranhamento, exercitando um processo de negação diante da realidade social; se aplica aí o cuidado vinculado ao conceito de politicidade quando toma-se a capacidade de transpor essa limitação, ultrapassar a barreira da invisibilidade, construindo condições para que a fala seja capaz de gerar possibilidade do sujeito de vir-a-ser, de posicionamentos firmes e politicamente bem alicerçados. Eis a politicidade, eis a autonomia, marcadas no extrato que se segue:

Entende-se por politicidade a habilidade humana de saber pensar e intervir, no sentido de atingir níveis crescente de autonomia individual e coletiva, que permitem conduzir história própria e mesmo imaginar inovações no processo natural evolucionário. Ser político é aquele que sabe planejar e planejar-se, fazer e fazer-se oportunidade, constituir-se sujeito e reconstituir-se de modo permanente pela vida afora, conceber fins e ajustar meios para os atingir, exercer sua liberdade e sobretudo lutar contra quem a queira limitar, gestar-se cidadão de história própria, aprender de modo reconstrutivo político (Demo, 2002, p.30).

Em consonância, o consumo desenfreado de álcool e das substâncias psicoativas, causa mudanças bruscas no comportamento, na orientação temporal e espacial e, dessa forma, atua diretamente no funcionamento cerebral e social. A ressalva, quando da busca de tratamento, se concentra em um pilar forte e firme, a mudança no estilo de vida, mudança esta que se constitui da abstinência, da aceitação e participação familiar e, fundamentalmente do desejo real de transformar a própria vida e junto com essa transformação, se compreendido, revela-se o exercício da politicidade humana, como apontado na afirmativa a seguir:

Somos marcadamente limitados, mas detemos enorme potencialidade de conhecimento e aprendizagem, o que nos permite passar pela vida em parte fazendo-a, não apenas sofrendo-a. O ser humano não só fabrica oportunidades, mas constitui-se como oportunidade, enquanto se organiza como sujeito que, negando ser reduzido a objeto, quer e pode participar (Demo, 2002, p. 20).

Mas não há dúvida que as drogas em geral distorcem e embaçam a realidade, roubam o sujeito de si mesmo, alteram a maneira de existir do outro consigo e em suas relações, nessa perspectiva, o álcool altera a percepção, primordialmente no que condiz às interações sociais, o que pode causar desentendimentos, discussões, desavenças e problemáticas aos que se encontram na relação, tensões estas geradoras de discordância, pois não raro é ouvido, visto, conhecido, no cotidiano, exemplos dessa experiência. Nesse sentido, Minayo e Deslandes (1998, p.38) afirmam:

O mais consistente e previsível vínculo entre violência e drogas se encontra no fenômeno do tráfico de drogas ilegais. Esse tipo de mercado gera ações violentas entre vendedores e compradores sob uma quantidade enorme de pretextos e circunstâncias: roubo do dinheiro ou da própria droga, disputas em relação a sua qualidade ou quantidade, desacordo de preço, disputa de territórios, de tal forma que a violência se torna uma estratégia para disciplinar o mercado e os subordinados. O narcotráfico potencializa e torna mais complexo o repertório das ações violentas: a delinquência organizada; aquela agenciada pela polícia e pelas instituições de segurança do estado; a violência social dispersa; a promovida por grupos de extermínio e também das *gangs* juvenis.

Nessa contenda, o cenário que se observa com olhos atentos, parece não contemplar medidas e recursos de ordem legal suficientes que minimizem e amortecem o crescimento avassalador da violência ou ameaças do acontecer da mesma, pois a dinâmica econômica e de distribuição de renda, parece alimentar, subsidiar, reforçar o mercado financeiro paralelo, institucionalizando a violência, como lê-se no recorte a seguir:

O que acontecer com respeito à permanência de um mercado para o álcool pode ser estendido para as outras drogas proibidas: mais criminosos a circular justificando a existência de dispendiosos aparatos repressivos. [...] O proibicionismo estabelece um novo crime e um novo mercado; as normas proibicionistas, antes de banir as drogas visadas, acabam por inventar o narcotráfico (Labate, Goulart, Fiore, MacRae e Carneiro, 2008, p.94).

Conforme há o entendimento dessa dinâmica, potencializa-se a capacidade de discernimento sobre as questões que envolvem o uso e abuso das drogas, revela-se o desenvolvimento da politicidade, a habilidade de constituir-se sujeito, indivíduo emancipatório de si mesmo. É importante ainda ressaltar que diante de toda essa complexa teia, existe um aspecto pouco difundido e explorado pela informação e veículo midiático no que tange ao uso abusivo de álcool e/ou outras

drogas que se apresenta com enorme frequência e que se caracteriza como a co-dependência familiar, pois, ao descobrir que um membro da família faz uso abusivo de tais substâncias psicoativas, é conhecido, que muitas vezes, a família se torna dependente da mesma forma. Uma vez pertencente à instituição familiar, o foco passa a ser o dependente, estando todas as ações e atenção voltadas para o mesmo, além da aceitação e compreensão da família em auxiliar no processo de reabilitação quando ele ocorre.

Em razão de toda essa dinâmica social, quando dos questionamentos acerca das inúmeras possibilidades que conduzem os sujeitos ao uso abusivo de álcool e outras drogas, não se encontra um denominador comum nesse cenário, pois como assinala Cunha (2008, p.95):

Sabe-se que não existe uma causa única que determina o uso das substâncias entorpecentes e que estas são diferentes para os pré-adolescentes, adolescentes, adultos jovens, adultos de meia-idade e mesmo indivíduos da terceira idade, da mesma forma que os tipos de substâncias variam conforme o grau de maturidade, o meio socioeconômico-cultural e uma série de outros fatores.

Dessa forma, é importante destacar que não é a substância em si que ocasiona toda a mazela que até aqui fora indicada, mas sim, um conjunto de fatores que podem conduzir ao uso abusivo do álcool e/ou outras drogas, posteriormente causando dependência. O panorama nacional da discussão, mostra um crescente consumo que atinge uma faixa etária de espaçamento significativo, inclusive compreendendo ambos os gêneros.

Esses indicativos de discussão conduzem ao debate da região norte da nação, que se configurou como espaço físico da referida pesquisa, em específico o Estado do Amazonas que se caracteriza como o maior em extensão, inclusive da Federação, com particularidades pertencentes à própria região Amazônica, com suas vias, quase que em totalidade, fluviais; municípios de difícil acesso, mergulhados numa região encoberta por rios e floresta nativa preservada; meio de transporte obrigatório como embarcações e afins, mostrando uma geografia complexa e grandiosa, onde, nas entrelinhas de sua imensa beleza, encontram artérias pulsantes para o tráfico de drogas, o que se encontra melhor desenvolvido nas linhas que se seguem.

1.2

Panorama da Realidade Regional – AMAZONAS/ MANAUS

Nesse desenho cartográfico da nação, encontramos a fronteira brasileira ao norte intimamente ligada com a Colômbia, onde, como largamente divulgado e conhecido, encontra-se um forte mercado de produção, comércio e consumo de, principalmente, cocaína, o que, diante da lei da oferta e da procura, pautados no facilitado acesso e dificuldades espaciais e reais de controle, a fiscalização se assume restrita e fragilizada, enquanto os rios desenham as rotas de distribuição, principalmente, da *Erythroxylon coca*, caracterizando-se ainda como a droga mais consumida na cidade de Manaus, bem como os seus derivados. Assim, a geografia do mercado da droga se destaca no recorte a seguir:

A região Amazônica Brasileira é um caso interessante por dois motivos. O primeiro deles é a proximidade da maior área produtora de coca e cocaína do mundo, localizada na parte ocidental da grande Bacia Amazônica (Colômbia, Bolívia e Peru). O segundo motivo, associado ao uso do sistema bancário para a lavagem de dinheiro, é a maior facilidade em identificar movimentos financeiros anômalos, pois a maior parte das localidades amazônicas se caracterizam por um baixo grau de desenvolvimento, em contraste com o Centro-Sul do país, onde a força econômica pode justificar grandes movimentos de dinheiro em bancos locais, independentemente de operações de lavagem (Grupo Sertis, s.d.).

A geografia, o clima, os fatores do meio sobre a sociedade em formação têm certa influência sobre o homem que é o fundamento das sociedades. Não se pode compreender bem o homem e o meio sem uma visão global sobre a geografia humana, botânica e zoológica onde o mesmo se encontra inserido.

Para tanto, a Amazônia se apresenta como um processo social entrecortado pelas relações sociais e de poder político de nove Estados-nação, de centenas de etnias, sem esquecer os diversos grupos sociais de interesse, de todos os tamanhos, nacionais e internacionais que se concentram nesse espaço territorial.

A região Amazônica não é apenas uma parte da geografia, sua história está muito além da incerteza de seu futuro. É a história de uma parte do planeta habitada por seres humanos, que sendo geografia, também é um espaço em que a humanidade pode aprender um pouco mais sobre si mesma.

Localizada ao norte da América do Sul, a Amazônia compreende toda a Bacia Amazônica, formada pelos seguintes países: Brasil, Bolívia, Colômbia,

Peru, Guiana, Venezuela, Suriname, Equador e Guiana Francesa. A porcentagem da Amazônia em cada país está distribuída da seguinte forma: o Brasil tem 68%; Peru tem 10%; a Bolívia tem 10%; a Colômbia 8%; o Equador 2%, a Venezuela 1% e as Guianas 1%. Ocupando mais de 6 milhões e 800 mil quilômetros quadrados, a bacia do rio Amazonas é a maior bacia fluvial do mundo, superando em duas vezes, a segunda bacia fluvial, a do Rio Congo, na África.

A Amazônia Legal, integrando os Estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, oeste do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, representa 59% do território brasileiro e 65% da Amazônia como um todo. O que significa dizer que a região toma grande fatia da nação em sua totalidade, estando o estado do Amazonas, caracterizado como o maior em sua extensão territorial.

Seus caminhos são fluviais, suas rotas de transporte são hídricas; situadas em um denso bioma, de difícil gerência e entrada, entretanto, pelo mesmos motivos, um labirinto que suporta e embaça o mapa do narcotráfico e da biopirataria na região.

O tráfico desenha uma rede detalhadamente tecida nesse ambiente, preenchendo as arestas e se fazendo presente em todas as regiões, tendo em destaque, a proximidade do extremo norte do país com a produção de cocaína, o que se mostra com uma tênue linha imaginária divisória das fronteiras, que encontra na região amazônica, vias de escoamento fluvial para distribuição da droga, estando mapeadas, com seus centros de processamento ao longo do caminho que se traceja em toda extensão da floresta amazônica.

Nessa contenda, a região norte, e em particular o contexto do Estado do Amazonas, situa-se a cidade de Manaus que, no final do século XIX, recebeu uma onda migratória muito significativa, com vistas ao aumento desenfreado e manifesto da população, com um objetivo comum, buscava o novo “Eldorado”, e esse aumento populacional trouxe à localidade, problemas de abastecimento, higiene e habitação, contradizendo o cenário de uma imagem ordenada para investimentos, estando o desenvolvimento e o progresso da cidade de Manaus, acompanhados de um quadro muito grande de miséria. Diante disso, fica evidente que a imagem lançada ao mundo na época áurea da borracha, de uma cidade repleta de oportunidades de investimentos e potencialidades, difere muito da realidade ali encontrada e vivida.

Um espaço urbano pensado para atrair investidores passa então a criar suas próprias contradições. Nem todos podem usufruir da vida de “Fausto”² que a borracha propiciava. Dessa maneira, o interesse social passa a ser mais importante do que a liberdade individual dos cidadãos.

O policiamento se justifica para evitar a perturbação pública, inferindo na embriaguez, vadiagem. Faz-se a estatística criminal, desejando conhecer o contingente desqualificado e assim exercer mais claramente o poder, este último estando vinculado a toda uma discussão internacional que visava, ou visa até os dias de hoje, o potencial territorial e econômico da região amazônica.

Em resumo, esse era o cenário urbano de Manaus no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o que nos mostra que pouco se modificou no que concerne aos dias atuais quando nos reportamos aos interesses nacionais e internacionais na região, demonstrando ainda que, aquilo que se inseria no contexto como vadiagem e mendicância, era segregado, excluído, pois se concretizava prejudicial aos investimentos sociais e capitais da cidade, da região.

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi idealizada pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, como Porto Livre e foi em 1967 que o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei Nº 288, reformula o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um pólo industrial, onde se instalaram um série de indústrias, anunciando a oferta de milhares de postos de emprego. Seu estabelcimento fora registrado em uma parte da Cidade de Manaus chamada de Distrito Industrial, estabelecendo-se em terrenos adquiridos a preços irrisórios e totalmente urbanizados; fora uma operação geopolítica para a criação de um expressivo centro industrial em plena Amazônia, uma área de livre comércio, em que não são cobrados impostos de importação sobre os produtos comprados no exterior³.

² Pautada em Fausto de Goethe. Fausto, é o protagonista de uma popular lenda alemã de um pacto com o demônio, baseada no médico, mágico e alquimista alemão Dr. Johannes Georg Faust, homem das ciências que, desiludido com o conhecimento de seu tempo, faz um pacto com o demônio Mefistófeles, que o enche com a energia satânica insufladora da paixão pela técnica e pelo progresso. (Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fausto>>. Acesso em 18/03/11)

³ Disponível em http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm em 25/09/11.

As indústrias já estabelecidas em plena atividade, de tudo trouxeram, da tecnologia ao capital, mas a promessa de milhares de empregos não fora cumprida, mas em verdade, contribuiu para uma notória, agora em novo cenário, explosão demográfica em Manaus. Logo, as transformações sociais e culturais se aceleraram e a partir da década de 1990 a região assistiu uma mudança urbana bastante dramática em razão da presença tecnológica no meio da floresta Amazônica.

Descrição que deixa traços na atualidade, intimamente ligada às discussões das drogas lícitas e ilícitas, de uma sociedade que pleiteia um status de moderna, progressista, buscando uma ordem padronizada, mas que dialeticamente mostra problemáticas sociais ertencentes à mesma dimensão social.

É nessa idéia, que se torna perceptível a notoriedade dos diversos espaços nos quais se está imerso com ritos, crenças; a repetição de um sistema em que muitas vezes não há preocupação em questionar, em distanciar-se, ‘olhar’ sob o ângulo de estranhamento, pensar acerca da cultura passa a ser importante, apreendê-la, significá-la, possibilitando seu próprio reconhecimento.

Nesse sentido, pode-se entender que a cultura é aquela que determina a diferença de comportamento entre os homens, o indivíduo age de acordo com seus modelos culturais tornando-se adequado ao meio no qual foi socializado.

A cultura é o meio de adaptação do homem aos diferentes ambientes, tais como as sociedades de índios, ciganos, dentre outros, que notoriamente tem o plano biológico em comum, contudo, percebem e atuam na movimentação de mundo dentro de padrões culturais específicos presentes em cada uma de suas organizações, nas suas redes de significados.

Considerando, para além dos aspectos já afetados, se torna inegável a importância de trazer para a discussão do uso abusivo de álcool e outras drogas a dinâmica cultural, principalmente pela rapidez com a qual o poder do narcotráfico tem se expandido na sociedade, onde os territórios passam a ser adjetivados de violentos, o mapa da cidade, do estado, do país passa a assumir e aceitar a configuração de um jogo de estratégia de guerra, onde o individual e o coletivo se encontram sob ameaça em existir.

A partir desta discussão e entendimento, Marina, nossa personagem do início deste capítulo, se desenvolve a partir de sua habilidade de pensar e agir, no

real exercício de politicidade, passando a compreender de forma mais esclarecida e com posicionamento mais consciente a situação pertencente ao, também seu, cenário social, buscando outras possibilidades e atitude frente a essa realidade.

Marina, como encontraremos nos capítulos seguintes, representa a iniciativa, após saída da visão banalizada e do comodismo na zona de conforto em fechar-se nas próprias coisas; de fazer diferente, de olhar para outro e conceber uma posição mais reflexiva, pertencente a um cenário social mais elaborado e complexo em sua dinâmica de existir.

Em consonância ao tema, é no capítulo seguinte que pode-se caminhar no universo de uma comunidade terapêutica que em muito, tem se destacado como proposta institucional de auxílio na mudança de estilo de vida quando do uso abusivo do álcool e/ou outras drogas, resultado da iniciativa, assim como Marina, em assumir um papel diferente, uma mudança na estática, atribuindo movimento ao sentido que, num primeiro plano, se confere à droga. Ele se concretiza descrevendo e assim conduzindo à compreensão, acerca do início e desenvolvimento da Fazenda da Esperança, nos guiando a um mundo de transformações e possibilidades da condição humana, experiências de vida, mudanças que resgatam, que provocam o retorno à vida.

Portanto, o quadro que emoldura o referido capítulo foi alcançado pela leitura criteriosa dos apontamentos do diário de campo que acompanharam todo o percurso da pesquisa, dos conteúdos dos documentos oficiais da instituição e relatos escritos pelos idealizadores da Fazenda da Esperança.